

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao sr. secretário que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Esta sessão será presidida pelo secretário deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Boa-tarde, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Venho a essa tribuna, na tarde de hoje, fazer um registro, por solicitação do governador, do Distrito 4.651 do Rotary Internacional, bem como

da presidente do clube, Eni Ferreira Lemos e do governador distrital Silvio César dos Santos Rosa.

Nesta semana, srs. deputados, especialmente no dia 23 de fevereiro deste ano, serão celebrados os 110 anos de fundação do Rotary Internacional e o 30º aniversário da Campanha de Erradicação da Poliomelite.

Durante toda a semana os rotarianos de todo o mundo estarão comemorando esta data. Em muitos Parlamentos, especialmente Assembleias dos diversos estados brasileiros, acontecerão manifestações de deputados que participam do Rotary sobre esta comemoração, sobre o trabalho do Rotary e sobre o que pretende continuar realizando em prol da sociedade.

Essas duas comemorações são marcos significativos na história da nossa organização, que por mais de um século atua em projetos humanitários nas áreas de paz, resolução de conflitos, prevenção e tratamento de doenças, recursos hídricos e saneamento, saúde materno infantil, educação e desenvolvimento comunitário.

A campanha Pólio Plus, a maior e mais expressiva iniciativa do Rotary internacional, já imunizou mais 2,5 bilhões de crianças no mundo, salvou mais de 10 milhões de paralisia e permitiu que 125 países fossem declarados livres da Poliomielite. É bom informar que foi através dos recursos da Fundação Rotary que foram realizados os primeiros investimentos para que as vacinas fossem aplicadas, que iniciassem essas vacinações em todos os continentes. O nosso objetivo é que as comemorações mostrem as ações do Rotary e reforcem o compromisso da família Rotary para a construção de um mundo melhor para todas as pessoas.

É importante frisar que o fundador do Rotary Paul Harris tem sua história marcada e hoje é reverenciado por todos os rotarianos pelo seu trabalho. Em 1932, foi criado para o Rotary a Prova Quádrupla, que foi traduzida em mais de 100 idiomas e serve de guia para todos os rotarianos, sobre o que nós pensamos, dissemos ou fazemos, e precisa ser verdade e justo para todos os interessados, criar boa vontade e melhores

amizades, ser benéfico para todos os interessados. Esses são os princípios da instituição, que muitos parlamentares participam, junto as suas bases eleitorais, sendo uma referência de clube de serviço em todo o mundo.

Já tive oportunidade de visitar clubes em outros países, pude participar de projetos em conjunto, onde muitas vezes países desenvolvidos financiam projetos em países em desenvolvimento. E aqui em Florianópolis funciona o intercâmbio de jovens, que visitam outros países, conhecem outras culturas e familiarizam-se com a filosofia do Rotary, de dar de si antes de pensar em si.

Neste sentido aproveito o horário das breves comunicações, para trazer o registro da comemoração dessas instituições, uma das principais do mundo que tem grande participação em Santa Catarina, com vários distritos. De maneira especial, que cumprimentar aos integrantes do Rotary Clube Florianópolis Atlântico, do qual fui fundador e participo desde a sua fundação, pelo trabalho que vêm realizando. Fazemos um trabalho de apoio realizado no sul da ilha de Santa Catarina, com diversos investimentos, de apoio às escolas públicas no Saco dos Limões, de maneira especial as crianças mais carentes.

Então, é a importância de trabalhar todo o conjunto de ações do Rotary, respeitando as autoridades públicas, as instituições, mas nunca deixando de ser um clube de serviço, buscando a fraternidade e igualdade entre todos os homens.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Gostaria de parabenizá-lo pela proposição importante de registrar, na Casa, essa formatação dos rotarianos, da forma que vem executando em todo os países que estão presentes, mas gostaria de deixar um testemunho próprio da cidade de Criciúma, onde o Rotary Clube está inserido nas discussões de políticas públicas, da ação social, enfim, mas, principalmente, interagindo independentemente da sigla partidária e fazendo um

contraponto, identificando a real necessidade do cidadão e levando isso para as autoridades públicas. Em várias reuniões que temos participado somos cobrados, efetivamente. Enquanto fui secretário Municipal de Trânsito e Transporte, a todo o momento os rotaryanos tinham e têm a intenção da melhoria com esse mesmo lema, dar de si, antes de pensar em si.

Então, quero parabenizá-lo pela oportunidade de fazer esse registro importante na Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado, deputado. Tenho certeza de que tanto a região da Grande Florianópolis, em todo o litoral sul, em Criciúma, de maneira mais expressiva, todos fazem parte do nosso distrito, um dos distritos de Santa Catarina. E, obviamente, que todas as conferências distritais, os encontros, permitem o encontro cada vez maior nos clubes da Grande Florianópolis com os clubes do sul do estado.

Parabéns a v.exa. e a todos os rotaryanos pelos 110 anos!

Que a campanha da Pólio Plus, que ainda é realizada em alguns países da África que necessitam imunizar e acabar definitivamente com a doença, possa se concretizar com os investimentos que a Fundação Rotary realiza com o apoio de todos rotaryanos no mundo e que, efetivamente, o exemplo do Rotary Internacional possa contagiar todas as demais instituições pelo belo trabalho que realiza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, demais deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

"Conversei, ontem, com o presidente da SCGás, Cosme Polêse, sobre a possibilidade de ampliação do projeto de gasoduto com implantação prevista entre Araucária e São Mateus, no Paraná, com uma

extensão até o planalto norte, a partir do município de Três Barras, Canoinhas e Porto União.

Recebi, recentemente, a confirmação da ordem para a licitação do novo ramal paranaense. Portanto, em Curitiba, já foi aprovado o gasoduto de Araucária até São Mateus do Sul e, por isso, convidei o dirigente da empresa distribuidora em Santa Catarina para termos um contato sobre o assunto. A ideia é viabilizar apoio político, no âmbito estadual e federal, para garantir a expansão do projeto, pois a distância de São Mateus, Três Barras e até Canoinhas é em torno de 35km, e a partir desse município pode ser projetada a distribuição do gás para a região.

Inclusive, esse gás pode ir para Caçador, deputado Valdir Colbachini, para o oeste de Santa Catarina, Chapecó, é um que tem uma fonte nova.

O presidente da SCGás ponderou que a legislação federal para o gás se divide em ramais entre os que têm função de transmissão, que podem servir dutos interestaduais, e os de distribuição, que atendem apenas demandas locais.

Isso porque a função distribuidora é prerrogativa das empresas estaduais, como a SCGás. Assim, o ramal entre Araucária e São Mateus deve ganhar outra dimensão para viabilizar o projeto de abastecimento do planalto norte.

Polêse ficou comprometido com o levantamento de dados técnicos. Nós precisamos somar forças, se o gás chegar ao Planalto Norte, a região vai crescer e terá ainda maior potencial econômico, com uma nova matriz energética. E quem sabe essa rede possa até ser ampliada para outras regiões catarinenses.

Mas, senhoras e senhores, gostaria neste momento de pedir uma atenção especial a todos para outro assunto que considero de grande importância.

Acompanho há um bom tempo a questão dos hospitais filantrópicos, que sempre estão às voltas com dificuldades financeiras.

Nossos 182 hospitais filantrópicos são a primeira porta onde bate a população quando precisa buscar ajuda por questões de saúde, na

maior parte de nossos municípios, especialmente nos de menor porte.

Os hospitais filantrópicos formam uma rede eficiente e com maior capilaridade, são referências de atendimento humanizado e eficaz.

Os hospitais filantrópicos de Santa Catarina - para quem não sabe - totalizam 11.700 mil leitos, que representam quase 80% dos leitos de toda nossa rede hospitalar. Desses, quase 70% são dedicados exclusivamente ao atendimento SUS - Sistema Único de Saúde -, cuja remuneração sabidamente não cobre custos, pela defasagem histórica da tabela e entraves burocráticos para a liberação de recursos pelo governo federal.

Por isso, juntamente com um grupo de colegas deste Parlamento, estou propondo a aprovação de uma emenda constitucional que vamos protocolar, disciplinando a devolução espontânea de recursos financeiros do duodécimo do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas ao Poder Executivo.

A ideia central é que as devoluções espontâneas sejam utilizadas de forma exclusiva pela secretaria da Saúde em benefício dos hospitais filantrópicos. Portanto, essa proposta de emenda constitucional objetiva apoiar instituições que representam, em última análise, a primeira porta onde bate a população catarinense quando precisa se amparar na saúde.

O principal objetivo é aumentar os investimentos públicos na área da saúde em todo o estado, pois é de domínio público que, na campanha eleitoral do ano passado, o governador Raimundo Colombo foi sempre taxativo em dizer Saúde em Primeiro Lugar. Daí a oportunidade de fixar um recurso público extraordinário para a área de governo que mais necessita de recursos, aonde a população mais precisa apoio.

A proposta de emenda constitucional também não diminui receita de poderes e órgãos governamentais, somente disciplina que havendo devolução voluntária de recursos financeiros por esses entes tais recursos sejam aplicados em saúde. A proposta também não limita ou impõe que

recursos próprios, como impostos ou taxas, do Poder Executivo devam ser aplicados na saúde catarinense. O que se pretende é regulamentar a devolução espontânea de recursos financeiros, que geram recursos extraordinários ao Poder Executivo, já que estes poderiam ser aplicados de forma discriminada em qualquer área do governo, contrariando, assim, a vontade do povo que acreditou no compromisso com a Saúde em Primeiro Lugar.

Par dar dimensão do alcance dessa iniciativa, basta lembrarmos montantes de recursos financeiros devolvidos de forma espontânea nos últimos anos: Nossa Assembleia Legislativa retornou em 2013 o montante de R\$ 20 milhões ao governo, em 2014 mais R\$ 30 milhões. O Tribunal de Justiça devolveu R\$ 50 milhões em 2013, enquanto o Tribunal de Contas devolveu R\$ 30 milhões em 2013 e mais R\$ 50 milhões em 2014, enquanto que o Ministério Público devolveu R\$ 3,5 milhões em 2014.

O Poder Executivo, como demonstrado por essas cifras, tem recursos extraordinários livres no início de cada ano que poderiam servir para aplicar em saúde em todo estado de Santa Catarina”.

Precisamos deixar claro que esta iniciativa é em favor da sociedade, pois todos nós vamos precisar de apoio em nossas instituições hospitalares em algum momento da vida.

Este é o motivo pelo qual estamos apresentando a proposta de emenda constitucional.

Pretendemos ver isso com todos os deputados, aprovando-se esta emenda constitucional. Isto fortalece o nosso Parlamento e faz a Assembleia Legislativa não somente coadjuvante como atuante nesse processo. E essa PEC deve ser aprovada por todos os deputados desta Casa, para a qual pedimos apoio.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez

minutos, segundo troca feita com o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham, quero informar que estão presentes hoje neste plenário inúmeros vereadores e vereadoras, que nos estão fazendo uma visita. Quero cumprimentar todos, pois exercem um importante papel nos municípios catarinenses, representando a comunidade nas Câmaras de Vereadores.

Sr. presidente, assomo à tribuna no dia de hoje para dar continuidade a um debate que já fiz ontem à tarde do momento crítico que estamos vivendo em termos do transporte que empaca, como sempre dizíamos, que exerce uma função estratégica importante no nosso país, que quando para praticamente para também o país.

Estamos vendo, principalmente no oeste catarinense, como também em outras regiões do Brasil, que está ocorrendo um movimento muito grande de mobilização de caminhoneiros.

É um momento bastante delicado, srs. deputados e sras. deputadas, em que é necessário buscar encaminhamentos, negociações, pois situações gravíssimas estão sendo colocadas, especialmente com relação a produtos perecíveis, como é o caso do leite, dos animais, dos frangos, dos suínos. E com certeza a situação estará, a partir de amanhã, podemos dizer, quase caótica nos aviários, os frangos irão aos poucos morrer e os pintos descascados, que deveriam ir para as propriedades, vão ficar na estrada e morrer pelo caminho.

O governo federal está sensível a isso e hoje, por toda a manhã, o ministro Miguel Rossetto ficará coordenando as negociações na Casa Civil. Os deputados federais estão participando, destacando aqui a presença dos nossos deputados federais Pedro Uczai e Décio Lima, pois estão extremamente empenhados em solucionar o problema; o presidente do nosso partido também está em Brasília acompanhando as negociações e levando as nossas reivindicações.

Hoje, ao meio-dia, a comissão de Agricultura esteve reunida com o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, para discutir com ele essa situação e a participação do estado, da secretaria, do governador nesse processo de diálogo nacional que precisa ser construído. Não é somente um papel da união, como afirmei isso ontem. Porque se houver renúncia fiscal os estados e os municípios irão também perder.

Então, isso tem que ser dialogado em conjunto como, por exemplo, o reajuste dos combustíveis que retomou a Cide, que é a contribuição provisória sobre os combustíveis, que foi um dos motivos do aumento do combustível. E se fizermos debates a esse respeito todos os estados serão beneficiados.

Quero destacar aqui que este imposto foi criado em 1999, ainda no então governo de Fernando Henrique Cardoso, depois, em 2004, o ex-presidente Lula retirou este imposto e este ano ele foi retomado para que seja investido principalmente nas rodovias.

E Santa Catarina, srs. deputados, sras. deputadas, teve uma participação importante: o estado recebia em torno de R\$ 68 milhões por ano da contribuição provisória sobre os combustíveis para fazer investimentos em rodovias, época em que o ex-governador, Luiz Henrique da Silveira, fez grande parte dos acessos aos municípios com esse recurso que vinha da Cide para os estados e municípios, porque não é recurso que fica só na União.

Então, sobre as reivindicações da pauta duas são as questões que o governo está tratando com os caminhoneiros, que é a lei dos caminhoneiros, a possibilidade de mudar essa legislação e a questão da renegociação das dívidas. Talvez o ponto mais polêmico seja justamente a questão do aumento dos combustíveis. Mas a perspectiva de o governo voltar atrás ou retirar a contribuição provisória dos combustíveis precisa ser discutido com os estados e também com os municípios, porque todos vão perder com essa redução.

Então, são temas que ainda continuam durante todo o dia em debate. Hoje, às 14h, haverá uma

nova rodada de negociação. Agora, nós também precisamos e sempre gostamos aqui de ser muito coerente nas questões. Não dá para simplesmente cair no discurso de alguns ou no discurso político-partidário ou discurso da própria mídia nacional.

Nós tivemos nos últimos anos profundas mudanças no setor de transporte do Brasil. Isso precisa ser dito, primeiro, elaboramos uma grande política de investimento com recursos para a renovação de frotas do governo federal via BNDES, com juros de mais de 2% ao ano.

Assim, tivemos uma grande renovação de frota, um grande número de novos caminhões. Temos uma disputa hoje muito grande no setor, quer dizer, uma oferta muito grande de frete, muito maior do antes. Temos também outra política importante do governo federal que foi construir armazéns mais próximos nas regiões. Então, agilizou a logística de armazenamento de produção. Terceiro, tivemos uma reestruturação nos portos brasileiros, possibilitando a aceleração da descarga de caminhões.

Essas três ações do governo federal também fazem com que tenhamos mais agilidade nos fretes, nos portos em relação aos armazéns e frota de caminhões. Então, é uma negociação que precisa ser feita também com a participação das próprias empresas.

Então, o governo federal precisa e está assumindo a sua função, o seu papel de negociação, e afirmava isso ontem, que necessariamente precisa ter a participação dos estados, como é o caso da discussão que nós levantamos, inclusive a redução do ICMS também no transporte, nos combustíveis que diz respeito de 12% a 17%.

É isso que está colocado. Há a perspectiva de buscarmos caminho para a negociação, sempre o melhor caminho. Nós não concordamos com a radicalização seja por parte dos governos, seja por parte dos próprios caminhoneiros e aí, inclusive, na comissão de Agricultura e Política Rural discutimos o tema de deixar transitar produtos perecíveis, especialmente os da

agricultura, dos animais, do leite e de outros produtos que são importantíssimos para as nossas famílias.

Recebi inúmeras ligações de agricultores que estão derramando desde ontem, anteontem, 500 mil litros de leite nas valas. É um produto que se perde, a economia que se perde da nossa agricultura familiar. Então, vemos isso com grande preocupação.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte, deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentá-lo, como também a comissão da Agricultura e Política Rural por trabalhar no sentido de encontrar soluções às preocupações que v.exa. tem e percebo na população.

Agora, queria fazer duas colocações em relação ao seu pronunciamento. Primeiro, entendo que o governo federal deveria voltar atrás, diminuindo o preço do óleo diesel. Está programado, inclusive, um novo aumento.

Então, acho que é o momento de fazer um gesto e diminuir o preço, já que internacionalmente há uma diminuição, inclusive. É claro que esse aumento envolve muito a questão do plano econômico, das medidas fiscais colocadas.

E a segunda questão é que não me parece que os estados e municípios vão perder, porque já que essas contribuições que o governo cria, no caso da Cide, especificamente, não são partilhadas com estados e municípios.

Inclusive, estou aqui com uma proposta que vamos encaminhar para discutir uma emenda constitucional que caminha exatamente na direção de que o governo federal comece a partilhar esses impostos com os estados e municípios, que precisam evidentemente de mais recursos.

Mas quero cumprimentá-lo pela sua preocupação, está aqui ontem e hoje preocupado com essas questões, com o pequeno agricultor, como sempre estive, e acho que esse é o caminho do diálogo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

Eu quero apenas reafirmar que da Cide passada, tenho certeza de que acompanhei isso anualmente na comissão de Finanças, os estados e municípios participavam, sim, e Santa Catarina recebia, na época, em torno de R\$ 70 milhões por ano desta contribuição provisória. Era, sim, partilhada com os municípios, só que agora na nova proposta talvez isso não esteja colocado, mas quero me inteirar mais no assunto sobre este tema. Mas, com certeza, a participação dos estados e municípios, como na vez passada, se ela não está colocada, é importante.

Claro que entendo de que nós tivemos um reajuste nos combustíveis e a verdade precisa ser reconhecida, que todo este período de alta do petróleo internacional o governo brasileiro segurou o preço durante dois anos, aqui, equilibrado para não subir e descer preço do petróleo, e não tivemos um reajuste. Então, entendo que a negociação precisa existir, e se for possível, com certeza, a presidente Dilma vai rever a questão dos preços do combustível, sem dúvida nenhuma, neste momento de crise que nós vivemos no país.

O processo está aberto, está colocado, felizmente nós temos instalada uma grande mesa de negociação. Isso é extremamente importante para a democracia brasileira, para justamente valorizar e respeitar também esta categoria tão importante, que são os nossos caminhoneiros, os trabalhadores do serviço de transporte no país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Natalino Lázare, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado!

Gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar a comitiva de Timbé do Sul, aqui presentes, o Fernandão, secretário e vereador; o Elder e toda comitiva do hospital, que estão aqui presentes em busca de recursos para o hospital daquela cidade, um hospital muito importante para todo extremo sul de Santa Catarina, uma bandeira importante, deputado Manoel Mota, que também está junto nesse processo.

Então, gostaria de parabenizá-los pela presença, por estarem nos assistindo, desejando uma boa sorte nesta estada na capital.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente desta sessão, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas.

Em primeiro lugar gostaria de fazer o registro, também, com muita satisfação, deputado Mário Marcondes, da presença de três vereadores da minha cidade, Luiz Biava, Joarez Lidani e Vilmar Cossa. Também o vereador de Salto Velozo, que são da minha terra, minha cidade natal.

Eu gostaria, sr. presidente, neste meu espaço, é a primeira vez que me manifesto neste plenário da Assembleia Legislativa, de dizer que tenho a honra muito grande de representar a nossa região, uma região importantíssima para a economia do estado de Santa Catarina, e venho de um município pequeno onde fui duas vezes prefeito. Tive o privilégio de ser duas vezes prefeito do município de Arroio Trinta, tive o privilégio também de, nesta época, ser presidente da Fecam, deputado Luiz Fernando Coruja. Tive também o privilégio de ser secretário regional, e volto a esta Casa, agora, depois de alguns anos, porque eu também exerci o cargo de chefe de gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, na ocasião em que o eminente deputado Onofre Santo Agostini era o presidente.

E, agora, anos depois, volto com muita honra como parlamentar, como deputado. Quero até fazer uma observação: as pesquisas mostram que o

conceito do serviço público no Brasil não e dos melhores. Sou um pouco versado nesta área. Mas é uma satisfação reencontrar pessoas do passado. E o conceito de servidor público da Assembleia Legislativa é ótimo, e isso nos dá garantia, segurança e alicerce para que possamos fazer realmente um bom trabalho.

Percebo que os parlamentares trouxeram para cá pessoas qualificadas, competentes, e com certeza o Parlamento vai ganhar muito. Parabéns a Assembleia pelo quadro funcional que tem. É uma honra muito grande poder reencontrá-los, estar aqui como parlamentar e contribuir para que essa legislatura seja a melhor legislatura da história de Santa Catarina.

Venho da região de Videira, que compreende Salto Veloso, minha cidade Arroio Trinta, Iomerê, Pinheiro Preto, Tangará, Fraiburgo, de Treze Tilhas, Macieira, Rio das Antas. É uma região de grande potencial agrícola, mas estamos passando por diversas dificuldades. Quero trabalhar nesta Assembleia por Santa Catarina, mas principalmente vou defender a minha região, que é penalizada. Tivemos sérias perdas na agroindústria. Temos graves problemas de infraestrutura. As estradas estão em estado lastimável. Enfim, a região precisa e merece um olhar mais atento e significativo por parte do governador do estado, no qual eu acredito muito, e também por parte do governo federal. Venho defender que a nossa região precisa ter um atendimento especial.

Temos um grave problema também, a questão da transferência da agroindústria para outras cidades. Elas acabam agregando valor lá e não na cidade de origem. Com isso acontece a penalização das prefeituras, que estão com mais responsabilidade e menos recursos e dinheiro. Essa é uma equação complicada.

Este Parlamento precisa realmente meditar, tomar decisões e ir em frente para acabar com essa grande injustiça. Quem cuida da saúde, do transporte escolar é o prefeito; quem faz assistência social é o prefeito. E ele é quem tem menos dinheiro na mão. A nossa região é muito

penalizada em função disso. Não tenho dúvida de que dinheiro na mão do prefeito frutifica seria melhor aplicado porque ele está mais próximo do povo, da Câmara de Vereadores. O prefeito tem mais capacidade do que o governador e o presidente da República de aplicar melhor os recursos.

Gostaria de dizer que estou feliz de estar deputado agora e o PR saiu fortalecido desse pleito, pois reelegemos o deputado federal Jorginho Melo e dois deputados estaduais, este deputado e o deputa Mario Marcondes.

Por isso, é um orgulho muito grande para nós podermos participar agora dessa fase histórica da Assembleia Legislativa e ajudar a construir uma Santa Catarina cada vez melhor.

Gostaria também de fazer um relato especial ao bloco, deputado Cleiton Salvaro. O nosso Bloco Renovação tem dado uma sustentação muito grande aos parlamentares que dele fazem parte, porque nos dá condições de trabalhar, de poder fazer parte das comissões. Eu mesmo fui eleito presidente da comissão de Agricultura e isso foi fruto do trabalho do bloco. Por isso, os meus cumprimentos aos companheiros de bloco, deputados, Cleiton Salvaro, Patricio Destro, Mario Marcondes, Ricardo Guidi.

Eu gostaria também de poder, neste momento histórico da Assembleia Legislativa, deputado Kennedy Nunes, dizer que estou aqui também imbuído na tentativa de somarmos força para que consolidemos a imagem de que o deputa do estadual de Santa Catarina tenha de fato a marca da seriedade, a marca do trabalho, a marca da dedicação, a marca de fazer com que não tenhamos medo de sair na rua e tenha vergonha de dizer que é deputado. Eu gostaria de contribuir muito, sr. presidente, para que possamos construir aqui de fato um clima, um cenário propício para quando formos à rua, à roça, para aonde quer que seja, as pessoas nos vejam como alguém que está preocupado com seus problemas, com suas necessidades, aos seus sonhos e aos seus ideais.

Eu lembro-me de que o James Whittaker foi o primeiro que alcançou o topo do Monte Everest e

quando foi entrevistado pelos jornalistas do mundo inteiro, deputado Cleiton Salvaro, sobre o feito, e ele disse o seguinte: "Levar alguém ao topo é muito mais gratificante do que chegar lá sozinho." Por isso, esse trabalho da criação de uma imagem positiva do parlamento é uma necessidade urgente nossa. Eu tenho a intenção de chegar na minha região e ouvir os eleitores dizerem que tem orgulho de terem votado em mim. Quem tem orgulho de ser um parceiro da nossa luta. Nós precisamos realmente fazer isso.

Deputado Leonel Pavan, um rei chamou um sábio e fez duas perguntas: "Sábio quero fazer duas perguntas: Primeiro: Quais são as pessoas mais importantes do meu reino? E o sábio respondeu: "São as pessoas que fazem parte do seu reino. Todas são importantes. Mas as mais importantes são as mais próximas de ti. E qual a minha missão mais importante nesse reino? O sábio respondeu: "A missão mais importante, rei, do teu reino, é fazer as pessoas felizes."

Eu penso, deputado Luiz Fernando Vampiro, que tudo que existe, todos os investimentos, todos os recursos, todos os planejamentos, tudo que se faz, tudo isso é estratégico para construir, na minha opinião, uma pequena coisa, tornar as pessoas que nós representamos felizes. E aí nós teremos cumprido, realmente, com a nossa missão.

Por isso, é imbuído dessa intenção que chego, nesta Casa, para colaborar nesse sentido e fazer com que realmente tenhamos uma vida melhor para os catarinenses e a vida que nós sonhamos.

Nós fazemos parte da comissão de Agricultura e temos a honra de presidi-la. Ontem, na primeira reunião, já acalorada, percebi uma preocupação muito grande de todos os componentes da comissão em função da situação que está acontecendo, hoje, no país, a greve dos caminhoneiros.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Quero dizer que sua colocação é de suma importância,

principalmente a posição do político na sociedade e o fortalecimento dos municípios.

O que v.exa. colocou, com muita maestria, é que nos municípios tudo acontece. É no município que ocorre os problemas da Saúde, da Educação, do Saneamento Básico, da Segurança, etc. Então, é importante o fortalecimento, principalmente dos municípios menores, daqueles com menor arrecadação. Com esses municípios é que o governo, tanto federal quanto o estadual, deveriam se preocupar um pouco mais. Temos que começar uma luta, levantar essa bandeira, pois a fatia desse bolo deve ser dividida de uma forma mais justa, mais igualitária, porque o governo federal fica, hoje, com a maior fatia, e o governo do estado com uma fatia menor e os municípios com uma menor fatia.

Então, certamente, que nós, do PR, a nossa bancada, com dois deputados, está aqui lutando para que os municípios tenham uma maior representação e maior atuação tanto do poder público federal quanto no estadual.

Eu queria aproveitar aqui também para registrar a presença dos companheiros vereadores da minha região do município de Major Gercino: Antônio César Formento, do PMDB, nosso amigo; Jair da Cunha; Hilberto Arnoldo, do DEM; e o Claudir Albanaes, do PT. Também registro a presença do nosso amigo, companheiro e parceiro de longa data de Garopaba, o vereador Jucélio. Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Agradeço o aparte, deputado Mario Marcondes.

Nesta questão municipalista por uma questão ética eu não gostaria de avançar muito já que fui prefeito por duas vezes.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALIZNO LÁZARE - Pois não, deputado Fernando Coruja, que tem uma proposição interessantíssima sobre essa questão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte, deputado Natalino Lázare, v.exa. realmente

é preocupado com essa questão municipalista. Tive a oportunidade de ser seu vice-presidente na Fecam quando v.exa, à época, era prefeito de Lages e, quem sabe agora possamos fazer um trabalho em conjunto propondo uma emenda constitucional para mudar um pouco o pacto federativo.

Mas quero cumprimentá-lo pelo seu discurso em que v.exa. fala em felicidade. Lá no Congresso Nacional a companheira do deputado César Valduga, a deputada Manuela, apresentou uma PEC para incluir no art. 6º da Constituição o direito à felicidade. E ela naquele instante foi muito criticada por colocar a felicidade como um índice, mas eu inclusive ajudei a defender a tese como proposta porque o índice de felicidade parece que começou com o rei de Butão. Diziam que o país era miserável e ele colocou a felicidade como ponto importante.

E hoje a ONU reconhece o índice da felicidade como um índice que deve ser incorporado a outros para ver como o povo vai bem.

É claro que no Brasil parece que o índice de felicidade está na frente da França, da Alemanha e, talvez, tenhamos que melhorar outras coisas porque não podemos considerar apenas um índice, mas devemos ficar atentos a essa questão.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Muito obrigado pelo aparte.

Para finalizar eu gostaria de dizer que a nossa comissão de Agricultura e Política Rural está preocupada e já encaminhou uma moção, sr. presidente, ontem, relatando a situação da área agrícola do nosso oeste que o senhor tão bem conhece. E nós redigimos uma nota oficial, que estamos distribuindo para a imprensa hoje, na qual consta o seguinte:

(Passa a ler.)

"Os integrantes da comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), presidida pelo deputado Natalino Lázare e tendo como integrantes os deputados José Milton Scheffer, Cesar Valduga, Dirceu Dresch e Gabriel Ribeiro, comunicam que entendem que o movimento dos caminhoneiros, deflagrado em Santa

Catarina e no país, é legítimo e apoia a manifestação desde que se mantenha no campo do debate.

Para tanto, recebeu na manhã desta quarta-feira (25), no nosso gabinete, o secretário de estado da Agricultura, Moacir Sopelsa, que relatou sobre a presente atuação do governo do estado frente ao protesto como forma de atualizar a comissão sobre os encaminhamentos que estão sendo tomados para amenizar a situação.

Segundo o secretário, há uma dificuldade das esferas de governo em identificar o comando do movimento, já que o governo do estado está disposto a negociar, em conjunto com o governo federal, uma saída para o impasse. O secretário avaliou como necessária uma medida emergencial para aliviar a tensão dos diversos pontos de paralisação em Santa Catarina.

Dessa forma, os deputados ponderam que é preciso atenção da população neste momento de reivindicações e protestos, quando será preciso equacionar e entender a reivindicação dos caminhoneiros, que necessitam de medidas governamentais para serem atendidas.

Preocupada com o desenrolar deste cenário, a comissão da Agricultura e Política Rural enviou moção ao governador do estado, excelentíssimo sr. Raimundo Colombo (PSD), em que constam algumas preocupações primárias diante da conjuntura em que vive o estado e o país.

Dentre elas, está o risco da falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade, como medicamentos e alimentos, e ainda a paralisação da indústria pela escassez de matéria-prima. Ainda há preocupante retração da economia, que pode colocar em risco investimentos governamentais e a sanidade econômica do estado.

A comissão de Agricultura reitera que está ao lado do povo catarinense e avalia como necessária a valorização da categoria dos caminhoneiros, que diariamente batalha pelo seu sustento e que agora busca pleitos legítimos inerentes à sua atividade econômica".[sic]

Era isso, sr. presidente, com os desejos que essa greve tenha um fim pacífico. Eu fui criado e tenho como característica pessoal o diálogo, acho que devemos ter diálogo, nunca e jamais o confronto. E esta Casa é o cenário próprio para nos colocar à disposição e dialogar com todos para que esse problema se equacione o mais rapidamente possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Natalino Lázare.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados. Em razão do que vem acontecendo em todo o Brasil, não poderia deixar, no dia de hoje, de ocupar esta tribuna para me manifestar, em especial, do período eleitoral para o período presente da nação brasileira.

Lembro-me bem, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quando dos programas eleitorais, que os candidatos à Presidência da República, deputado Leonel Pavan, apresentavam ao eleitor brasileiro, e quero destacar o que apresentava à sociedade brasileira a então candidata Dilma Rousseff.

(Passa a ler.)

"Dizia ela:

Que a sua campanha teria como prioridade os menos abastados e que iria priorizar o controle da inflação e dos juros. Ganhou a eleição.

Mas não demorou muito, um mês depois de eleita, confirmou uma alta de juros elevando o Brasil à condição de país com a maior taxa de juros do mundo inteiro.

Para se ter ideia, nos últimos dois anos a soma da inflação no Brasil já ultrapassa a casa dos 15%.

Mas dizia ainda a candidata Dilma Rousseff: 'Direitos do trabalhador não se muda nem que a vaca tussa.'

E o que aconteceu? Como presente de Ano-Novo, deputado José Nei Ascari, mais precisamente no dia 29 de dezembro, a presidente da República anunciou um pacote de ajustes nas regras para acesso ao abono salarial, seguro desemprego do pescador artesanal, do trabalhador de forma geral, pensão por morte e auxílio doença.

O que ela dizia na campanha eleitoral à população brasileira?

(Continua lendo)

"'Ao bradarmos, Brasil, pátria educadora', estamos dizendo que a educação será prioridade das prioridades.'"

Saiu o contingenciamento do bloqueio de mais de R\$ 7 bilhões do orçamento das universidades federais, que estão à míngua. Os hospitais universitários brasileiros estão fechando as suas portas, estão funcionando graças à garra e à dedicação do seu corpo técnico, do seu corpo funcional.

Dizia ainda no que diz respeito às taxas de juros:

(Continua lendo)

Dizia a presidente: "'Asseguro a esse povo que o Banco Central terá autonomia'. E teve autonomia, tirou mais dinheiro do bolso do trabalhador aumentando os juros consideravelmente, pois o comitê de política monetária, o Copom do Banco Central, elevou a taxa básica dos juros, a Selic, aumentando para 12,25%."

O que disse a presidente Dilma Rousseff na campanha?

(Continua lendo)

"Não vai haver tarifaço! Pode ter aumento do preço da gasolina, mas não tarifaço."

E o que foi feito depois da eleição?

(Continua lendo)

"Anunciou quatro medidas de aumento de impostos, que vai retirar dos bolsos dos trabalhadores brasileiros para engordar ainda mais

as burras do Tesouro Nacional, nada mais nada menos do que mais do que R\$ 20 bilhões!

Aumentaram a gasolina, o álcool, encareceu o crédito direto ao consumidor, elevou os tributos sobre as importações, não houve reajuste da tabela do Imposto de Renda."

Este ano, deputado Kennedy Nunes, o trabalhador brasileiro vai pagar mais Imposto de Renda!

(Continua lendo)

"Ao longo de quase 20 anos do Plano Real, a inflação acumulada, desde 1994 até 2014, medida pelo IPCA, já chegou à casa de 350%, deputado Dalmo Claro. E, o que é mais grave, a cédula de R\$ 100,00 hoje só vale R\$ 22,35. E de 2011 até 2014 o real perdeu 85% em relação ao dólar americano. Vejam v.exas. que desvalorização!"

Temos ainda a questão agora recente da Petrobras, o Petrolão, que a cada dia que passa aparecem mais denúncias, aparece mais corrupção dentro da maior empresa estatal do Brasil. Infelizmente, o orgulho nacional foi rebaixado por agências internacionais e somente no dia de hoje as ações da Petrobras, mais uma vez, caíram em mais de 8%. Mas não para por aí.

(Continua lendo)

"Em 2012, deputado Manoel Mota, a cesta básica custava R\$ 271,64. Hoje, custa R\$ 360,64. Em dois anos tivemos um aumento de mais de 32% da cesta básica.

O levantamento realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - Iepe - indica que em janeiro de 2015 os preços pisaram forte no acelerador, alimentos *in natura* como frutas, verduras e legumes subiram seus preços violentamente.

Não podemos aqui deixar de registrar que somente a batata inglesa subiu nada mais nada menos do que 47%. Mas de 12 anos para 14 anos a carne bovina subiu 509%, o leite subiu 528%, o feijão subiu 290%, o arroz subiu 316%.

E o que tem empurrado a inflação para cima? A educação. Segundo o IBGE, os gastos com a educação puxaram a alta da inflação em fevereiro, a taxa do

grupo ficou na mais nada menos do que 6% mais alta!

A conta de luz não ia ter 'tarifaço', mas a conta de luz, em média, no Brasil subiu mais 12%. O transporte coletivo que, no ano passado, incidiu em seu grupo, cerca 0,75%. Este ano em fevereiro já impactou em 1,98%.

Os combustíveis, quanto está custando o óleo diesel? O metanol, a gasolina. Há lugares no Brasil que subiu 40%. A cobrança de pedágio, de acordo com o Sindicato das Empresas Transportadoras de Carga, desde o início dos governos do Partido dos Trabalhadores, já subiu nada mais nada menos do que mais de 200% os pedágios do Brasil. Não há, é claro, caminhoneiro que resista a tanto aumento! Um caminhão, uma carreta com cinco eixos, num espaço de 150km chega a pagar R\$ 176,00 de pedágio.

Outro item que empurrou a inflação para cima: o material escolar subiu mais de 13%. O endividamento do trabalhador, de uma forma geral, a exemplo disso."

O deputado Dirceu Dresch falou agora na renovação da frota de caminhões do Brasil, é verdade! O governo estimulou o endividamento da população brasileira. Os caminhoneiros compraram os caminhões, tiveram um prazo de carência, mas o frete ficou barato, o óleo diesel ficou caro, o pedágio ficou caro, mas hoje não tem condições de pagar a prestação do caminhão.

Por isso, é que está tudo parado. Somente o *déficit* da Balança Comercial Brasileira neste mês de janeiro foi de R\$ 5 bilhões, ou seja, compramos mais do que vendemos para o exterior. Muitas empresas brasileiras estão dando férias coletivas, aqui em Santa Catarina, inclusive. E ainda vem à tribuna dizer que o governo federal é sensível! É sensível um governo que põe a polícia em cima do trabalhador como aconteceu ontem no trevo de Xanxerê? Está aqui, é manchete do jornal *Diário Catarinense*. É manchete do jornal *Notícias do Dia*. Foi manchete dos principais telejornais do Brasil inteiro: "a Polícia Rodoviária Federal disparando balas de borracha contra um caminhoneiro autônomo

que sofre e que está parado na estrada há mais de 10 dias. E hoje, inclusive, não tem nem lugar para almoçar e nem para fazer as suas necessidades básicas."

O nosso produtor de leite que no ano passado sofreu com um grupo de criminosos que adulteravam o leite catarinense. O preço baixou, mas no supermercado aumentou mais de 300%, deputado Dalmo Claro.

Eu quero aqui dar um depoimento do prefeito Éder Marmitt, de Sul Brasil, que dizia ontem ainda em meu gabinete: "deputado, estive em meu gabinete, na prefeitura, uma comerciante que tem uma pequena loja lá em Sul Brasil, com quatro funcionários e, em razão desta crise que está instalada no Brasil nos últimos dez dias só entrou no caixa da loja nada mais nada menos do que R\$ 500,00. Como será pago o salário desse pessoal?"

Quero aqui, senhoras e senhores, dizer que precisamos mudar o Brasil, pois esse modelo está esgotado, a população está endividada. Não tem mais como pagar, o aluguel subiu, o material escolar subiu, o material da construção subiu, o CUB subiu, o transporte coletivo subiu.

Não há como hoje dizer que o governo é sensível e quer mudar. Por que não foi sensível no primeiro dia de governo há 12 anos? Por que não foi sensível no primeiro dia de governo do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores? Por que não foi sensível no primeiro dia de governo do terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores? E vem dizer isso agora que o governo federal é sensível no início do quarto mandato do Partido dos Trabalhadores, é querer, mais uma vez, pregar mentira à população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB, e serão divididos entre os deputados Dalmo Claro e Manoel Mota, por até 15 minutos.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até sete minutos e meio.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital, companheiros e amigos que vem prestigiar o Parlamento na tarde de hoje, que sofrem conosco os problemas do estado e também da federação.

Eu, como o meu ramo era o transporte, deveria, no mínimo, estar em Sombrio neste momento. Hoje temos mais de 20 focos de paralisação em Santa Catarina. Os caminhoneiros fizeram isso porque eles não conseguem sobreviver da forma que está acontecendo. É o caminhoneiro autônomo que está fazendo isso, porque ele não consegue sobreviver, não tem como sobreviver.

Os fretes caíram porque as dificuldades do país e das empresas são grandes e o combustível subiu. No mundo inteiro baixou o preço do combustível, só no Brasil que subiu. Um litro de óleo diesel está R\$ 3,2. Isso é impossível para o caminhoneiro.

É o caminhoneiro que carrega 95% do PIB brasileiro no tapetão preto. É evidente que estão desesperados, mas se eles pararem, para o país, porque o caminhoneiro não precisa fazer greve, para o caminhoneiro é só encostar o caminhão na frente da sua casa e está feita a greve. Se todos pararem, não leva cinco dias e começa a faltar mercadoria.

Eu falei para eles, ontem, que é legítimo o movimento, mas que deixassem a carga perecível passar, não trancando por completo. Deixa aquilo que é de emergência tocar, aí o movimento se torna simpático, diminui o desespero do oeste que não pode passar o seu leite, esse tipo de coisa não precisa acontecer.

Mas a verdade é que eles estão vivendo o pior momento da sua história. Eles compraram caminhão porque 95% são eles que carregam neste país, mas agora eles não podem pagar porque não têm como fazer já que as nossas estradas do país inteiro, vocês sabem, é uma vergonha, é só buraco. Os pneus custam quase R\$ 2,00 cada um, esses buracos vão cortando e os lucros vão desaparecendo. E agora

essa alta do combustível inviabilizou tudo por completo.

Agora, é preciso, sim, muito apoio porque as empresas tem que continuar trabalhando, gerando empregos, e eles são responsáveis porque levam a matéria-prima, levam o produto. Eles precisam se locomover para levar a nossa safra. Faço parte de comissões importantes, a comissão de Agricultura, eu acho, é o termômetro da nossa economia e do Transporte, que mexe na área que eu estou falando.

Então, é por isso, sim, que é preciso muita reflexão, muito trabalho, muito convencimento, para que o governo tenha uma proposta, no mínimo, capaz de amenizar esse sofrimento. O financiamento do caminhão tinha seis meses de carência, essa carência desapareceu, tem que voltar. O caminhoneiro se aposentava com 25 anos de serviço, não existe mais.

O caminhoneiro tem que ter reflexo para evitar acidentes, é como um professor, impossível trabalhar mais do que 25 anos, pois não tem mais condições de estar na sala de aula.

O motorista é igual. Ele vive o dia a dia na estrada. Passa o dia atento no trânsito. Normalmente, o caminhoneiro trabalha 16 horas por dia. Por isso precisa ser reconhecido. Então, é preciso voltar a aposentadoria do caminhoneiro para 25 anos para diminuir os acidentes das estradas.

Cria-se uma lei no sentido de que o caminhoneiro a tal horário pare, mas, se não tem estacionamento para isso, vira um problema. E aí vemos o que está acontecendo hoje.

Neste momento precisamos ser solidários aos caminhoneiros. Eles precisam de uma luz de sobrevivência no seu trabalho. Fui caminhoneiro e depois tive empresa de transportes, sei das dificuldades que estão vivendo hoje. O governador Raimundo Colombo está tentando encontrar um caminho para ajudar, mas a questão é federal. Espero que a presidenta possa fazer um encaminhamento no sentido de que consigam continuar trabalhando e carregando as riquezas do país por esse tapetão preto.

Assim, quero convidar todos os deputados a serem solidários e buscar soluções para essa questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Dalmo Claro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente e srs. deputados, não posso deixar de abordar um assunto tão importante como a greve dos caminhoneiros, legítima e dramática, que é a questão da saúde e das necessidades do sistema de saúde pública no Brasil.

É inegável que tivemos avanços neste setor. Tive 42 anos de vivência na área da saúde, com atuação em organizações de saúde privadas e públicas. Em Santa Catarina somos referência em hemoterapia. O Hemosc é referência nacional. Quanto à capacitação e transplante de órgãos somos o segundo estado, perdemos para São Paulo. Estamos em patamar de países europeus. O Samu tem cobertura em todo o estado. Quanto à telemedicina, temos hoje análise de eletrocardiograma de pacientes em todo o estado de Santa Catarina, através desse sistema. A cobertura vacinal é recorde no país.

Nós temos a menor mortalidade infantil do país, abaixo de dez para cada mil nascidos vivos morrem no primeiro ano de vida. A longevidade no Brasil, nos últimos 30 anos, nós ganhamos 11 anos de expectativa de vida. É como, deputado Luiz Fernando Vampiro, se nós, nos últimos 30 anos, eu, você e toda a população do Brasil, tivéssemos gasto, nesses 30 anos, apenas 19 anos do nosso estoque de vida remanescente. Isso é muita coisa. E a saúde pública no Brasil evoluiu e a expectativa de vida do brasileiro que é de 73 anos e meio, em Santa Catarina é 77 anos e meio, a maior do Brasil.

Nós temos a maior cobertura do Brasil em atenção básica. Nós somos o primeiro estado por índice do Ministério da Saúde, divulgado em 2012,

em saúde pública. Mas nós temos problemas na média e alta complexidade, na assistência à população. Deputado Serafim Venzon, nós já conversamos muito sobre isso, inclusive, no tempo em que estava na secretaria de Estado da Saúde. Muitas ações têm sido feitas no estado de Santa Catarina, onde já temos uma qualificação muito grande, alta qualidade na prestação de serviço. Como transplante, cirurgias cardíacas, mas o acesso da população ainda é muito difícil, pois a quantidade, a velocidade dos serviços oferecidos não atendem as necessidades da nossa população. Isso ocorre, principalmente, porque não temos o financiamento adequado à saúde pública, principalmente nos quesitos da média, alta complexidade e nos programas que o ministério da Saúde coloca como obrigações, muitas vezes, no incentivo aos municípios, e não cobra os custos da maneira adequada, como prometido no início. Como ocorre com as equipes de saúde na família, em que o município recebe R\$ 12 mil, R\$ 13 mil e paga R\$ 35 mil, R\$ 40 mil por mês. Com uma unidade de Samu que custa mais de R\$ 30 mil, unidade básica. O incentivo federal não chega à metade desse valor. Mas a situação pior que nós temos é com relação aos hospitais filantrópicos e municipais que prestam serviço ao SUS.

Nós temos notícia de que a dívida acumulada nos hospitais filantrópicos de Santa Catarina já é de R\$ 800 milhões, quase R\$ 1 bilhão, sem muita perspectiva de pagamento. A tabela do SUS está defasada, no mínimo, há 15 anos e, alguns procedimentos, há 19 ou 20 anos. Uma apendicectomia custa R\$ 420,00; um parto R\$ 370,00; uma hérnia R\$ 470,00; isso ainda tem que cobrir o hospital, cama, comida, enfermeira, refeições por três dias, mais antibiótico, anestésico, cirurgião e anestesista. Essa conta não fecha, porque é uma conta de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil para cada procedimento desses. E nessa conta também entra os hospitais municipais, bem como os serviços não hospitalares, também de média e alta complexidade dos municípios.

Então, essa situação está-se tornando cada vez mais complexa nos hospitais filantrópicos e municipais. Tivemos, ontem, notícia da situação, deputado Rodrigo Minotto, do hospital São José, de Criciúma, hospital filantrópico, de uma organização comunitária religiosa. E tenho uma situação relatada, que inclusive já foi noticiada no jornal pelo prefeito de Joinville, na semana passada, quanto ao Hospital de São José, de Joinville. Joinville aplica, hoje, 37% do seu orçamento, da sua arrecadação, na saúde; 82%, aproximadamente com folha de pagamento, dos quais, mais da metade é com o próprio hospital de São José. São de R\$ 6 a R\$ 7 milhões por mês que o município coloca para pagar a folha de pagamento daquele hospital e, mesmo assim, a arrecadação dos seus procedimentos pelo SUS não é o suficiente para pagar o restante da despesa do hospital. Relata-me o prefeito de Joinville, sr. Udo Döhler, que ocorre o risco de ele ter que reduzir o atendimento à população e com outro agravante, se houver essa redução, deputado, ela se dará, inicialmente pelos moradores, cidadãos, de cidades vizinhas que são 25% do número de pacientes internados no Hospital de São José. E nós sabemos que, em contrapartida, pela PPI - Programação Pactuada Integrada - do ministério da Saúde, a secretaria da Saúde dos municípios, das regionais de saúde, cobre 15%, 20% do custo desses pacientes. Então, o cidadão de Joinville, a arrecadação de Joinville e a prefeitura de Joinville, estão bancando a média e a alta complexidade, isso é, 25% do custo do hospital de São José, para os cidadãos das cidades vizinhas. Então, é um ônus para nós, porque esses municípios não tem hospital de média e alta complexidade.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputado Dalmo Claro, temos aqui na Assembleia formada a comissão de Saúde a respeito desse assunto. E não tenho dúvida de que o financiamento do SUS vai ser a nossa grande contribuição para

enriquecer e sugerir ao governo federal que deixe de massacrar os orçamentos municipais e estaduais com essa perversa distribuição de recursos. Se nós não mudarmos a tabela do Sistema Único de Saúde, se nós não investirmos na regionalização da saúde, tudo pactuado, pago por atendimento, com todas as cidades entrando nesse bolo, em todos os setores da saúde, algumas cidades serão penalizadas, assim como Joinville está sendo penalizada, assim como outras grandes cidades que têm o poder de desenvolver alguma medicina um pouco mais complexa e que arcaram com o ônus, e não haverá dinheiro suficiente para continuar prestando um atendimento de alta qualidade.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Então, deputado Dr. Vicente Caropreso, isso realmente é importante e diria que temos que reavaliar o baixíssimo financiamento por parte do governo federal, e isso tem que ser dito isso, é que tem viabilizado a sobrevivência desses hospitais.

Então, o que está acontecendo? Cada vez mais hospitais filantrópicos, comunitários e municipais vão dar esse atendimento, onerando cada vez mais os hospitais estaduais, que verdade seja dita, o governo do estado tem investido cifras, sim, relevantes na saúde.

O papel importante dos hospitais regionais do estado de Santa Catarina é muito claro em relação a isso, inclusive na região de Joinville, que tem três hospitais do estado atuando, não tem nenhum hospital filantrópico. Aí recai sobre o governo do estado e o governo municipal. Então, há que se fazer, sim, uma discussão. E sugiro que nós na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em união com as outras assembleias legislativas, possamos, junto também com os secretários de Saúde, empreender uma pressão junto ao governo federal, ao ministério da Saúde, no sentido que seja contemplado uma renumeração adequada aos serviços hospitalares prestados pelo SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Dalmo Claro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, antes da minha fala eu não tinha a segurança na mão sobre a questão da Cide, sobre a distribuição. Mas quero dizer ao deputado Fernando Coruja, que nós, na época, fizemos o pedido de informação sobre os recursos que vinham para o estado, para os municípios, assim, temos todos os dados.

Quanto aos recursos da Cide, há, sim, a repartição dos recursos com aos estados e municípios. Santa Catarina recebia, na época, no total nacional, 3,92% pelo consumo do estado recebia essa porcentagem.

Só para título de esclarecimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, é uma informação importante para todos os catarinenses.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito obrigado, sr. presidente, quero cumprimentar todos os srs. deputados e quero dizer que o que me traz a esta tribuna é justamente esse movimento, por sinal, democrático e também legítimo dos nossos irmãos caminhoneiros no nosso país, principalmente no nosso sul.

Esse movimento deflagrado, democrático e legítimo que tem sido, de certa forma, pacífico e ordeiro, faz com que nós, como representantes desta Casa, de forma alguma, podemos nos omitir ao debate que merece, sem dúvida nenhuma, o nosso exame sobre esse movimento que acontece em nível de Brasil.

Mas muito preocupa, sr. presidente, o setor produtivo no nosso de Santa Catarina, e falo, principalmente, com relação ao nosso oeste

catarinense, sabendo-se que naquela região temos os grandes frigoríficos e a produção leiteira, que são grandes e aquela região também vive um momento muito difícil em virtude da greve dos nossos irmãos caminhoneiros.

Quero dizer que este momento merece o nosso exame. Hoje, pela manhã, como falou o deputado Natalino Lázare, as comissões de Agricultura e Política Rural e de Transportes e Desenvolvimento Urbano, reuniram-se para encaminhar uma moção ao governo do estado e ao governo federal, para que se busque uma resolução, uma saída pacífica e ordeira com relação a esse movimento que acontece no Brasil e que atinge o grande oeste do nosso estado, sr. presidente, porque 80% dos postos de combustíveis já estão sem combustíveis, também 23 mil funcionários da cadeia produtiva estão parcialmente paralisados, principalmente os trabalhadores da cadeia produtiva da agroindústria, da suinocultura, o que prejudica, sem dúvida nenhuma, toda a população do nosso estado, do nosso país. Com certeza, no grande oeste de Santa Catarina, vai haver falta de matéria-prima, e estão sofrendo reflexos os supermercados.

Nós recebemos, na tarde de hoje, o nosso secretário da Agricultura e Política Rural, Moacir Sopelsa, que está muito preocupado, porque na avicultura já está havendo canibalismo por falta de ração, dos ingredientes, da matéria-prima na produção, enfim, na sustentação dos animais.

Também a produção leiteira já está passando a viver um momento difícil em função desse movimento, que é legítimo e pacífico, mas tem que se buscar, sem dúvida nenhuma, uma solução.

Acredito que o governo do estado, o governo federal e o ministério da Agricultura, neste momento, estão reunindo-se em Brasília para buscar uma solução pacífica, acima de tudo, para que esses setores não fiquem ainda mais prejudicados, deputado Rodrigo Minotto. Sabemos que é um movimento pacífico e ordeiro e que precisa ter atenção das nossas autoridades na busca de soluções. Nós aqui não podemos nos omitir desse

debate que trata sobre a questão da cadeia produtiva do nosso estado e país.

Neste momento também quero agradecer aos deputados da bancada que conseguimos consagrar no dia de ontem, porque conseguimos formalizar a bancada do oeste de Santa Catarina. Vejo o deputado Neodi Saretta e posso dizer que o nosso grande oeste vive um momento muito rico na política do nosso estado.

É claro que vários fóruns estão se estabelecendo nesta Casa e que vão ser discutidas questões pontuais do nosso estado. Estes debates serão muito importantes quando trazidos para esta Casa, as questões pontuais do sul, do oeste, do norte do estado que possam enriquecer os nossos debates sobre as políticas públicas e marcos de Santa Catarina.

Portanto, quero agradecer aos deputados do oeste de Santa Catarina que estão com a intenção de discutir as políticas públicas e valorizar as demandas que temos no nosso oeste e também a importância em criarmos o Fórum Parlamentar do Oeste de Santa Catarina, no sentido de somar esforços para soluções e demandas comuns dos municípios que integram essa grande região ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao deputado Cesar Valduga pela sua manifestação.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 14 minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputado do PSD que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARRETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, estivemos, nesses dias, como diversos outros deputados destas Casa,

acompanhando e buscando, de uma forma ou de outra, alguma tratativa para tentar solucionar esse impasse que estamos vivendo, em função da paralisação dos caminhoneiros não somente em Santa Catarina como em todo o Brasil.

Toda reivindicação que tem fundamento e pontos positivos e justos é claro que é um direito assegurado, e é louvável que se façam as reivindicações que precisam ser feitas.

Por outro lado, também temos a preocupação com a situação dos serviços indispensáveis, como é o caso da saúde. Alguns hospitais, e cito o exemplo do Hospital São Francisco, de Concórdia, anunciaram a paralisação em função do desabastecimento de medicamentos, e a suspensão dos atendimentos eletivos, tais como cirurgias, exames e atendimentos no pronto-socorro.

Também se falou muito aqui, deputado Dalmo Claro, dos produtores de leite, da dificuldade da entrega da produção, da falta de ração, enfim, de um problema seriíssimo que está acarretando e que faz com que mais do que nunca seja preciso que se encontre de fato uma solução o mais breve possível.

É importante, da mesma forma, que o movimento dos caminhoneiros identifique algumas pessoas que possam fazer a interlocução das suas reivindicações, pois quando se faz algum movimento é importante que se possa dialogar com quem tem a responsabilidade para a solução, a fim de que se busque efetivamente uma solução para esse impasse.

Nós sabemos que os preços dos fretes estão defasados. Mas é importante que as empresas que necessitam dos transportadores possam rever suas planilhas. Nós sabemos que há a parte governamental, ou seja, as partes precisam de fato conversar.

Uma das questões colocadas, recentemente, foi a lei dos caminhoneiros, agora alterada. Há uma sinalização de que haverá a sanção desta lei que permite atender uma das questões que estão sendo colocadas, que é a questão da isenção do pedágio para o eixo do caminhão quando ele estiver vazio. É uma questão importante e acho que é uma questão,

inclusive, vamos dizer assim, mais fácil de ser encaminhada e solucionada.

Há também a questão dos financiamentos. Houve bons financiamentos para a aquisição de caminhões, mas em vista da diminuição da lucratividade do frete, do aumento dos custos com os fretes e o não reajustamento dessas tabelas de frete por parte dos que contratam, acho importante que haja uma discussão respeito da carência para os financiamentos de caminhões. A questão do parcelamento, dos pagamentos, que é também uma questão que está colocada, é importante.

Acredito que se houver esta disposição das partes nas conversações, poderemos buscar e ajudar no entendimento para que possa amenizar os prejuízos que estão sendo ocasionados neste momento.

Nós temos que olhar, sim, a dificuldade do caminhoneiro, daquele que sofre na estrada transportando e que precisa ter a sua lucratividade, deputado Romildo Titon, mas também olhar aquele que está lá produzindo leite, o agricultor sofrido, calejado que agora não consegue entregar a produção; os hospitais que precisam dos medicamentos para os pacientes.

Portanto, o momento é de busca, de diálogo, de apoio, de força de todas as esferas de governo. Temos conversado, inclusive com alguns prefeitos que no âmbito municipal e que estão conversando também com as lideranças locais.

Os deputados federais também estão empenhados. Nós sabemos que em Brasília está aberto para a conversação, inclusive de uma mesa de negociação, pelo menos estava encaminhada para acontecer agora à tarde.

Aqui nesta Assembleia Legislativa as manifestações dos diversos deputados mostram que há disposição das lideranças políticas das quais nos incluimos para buscar, de uma forma ou de outra, uma solução desse impasse e que possa trazer uma perspectiva de melhoria para transportadores, mas também possa amenizar as graves consequências que estão ocasionando com paralisação de frigoríficos, com suspensão de

abate de aves, de suínos, com problemas diversos que estão acontecendo.

Então, a nossa disposição de continuarmos buscando e auxiliando naquilo que for possível nesta intermediação e, principalmente, para quem tem poder de solução possa de uma forma ou de outra buscar conversação, negociação com tranquilidade e com rapidez, sim, com urgência, mas com diálogo para poder achar uma alternativa para este grave momento que estamos vivendo não só em Santa Catarina, mas em diversos estados brasileiros.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do eminente deputado Neodi Saretta no assunto que está tomando conta de toda a sociedade catarinense e brasileira neste momento e, evidentemente, que esta Casa também está fazendo a sua parte no que tange à solicitação ao governo federal através da Presidência da República, do ministério dos Transportes, do ministério da Agricultura para que se equacione definitivamente este problema.

Esta Presidência, neste momento, suspende a presente sessão até as 16h para dar início à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Deputado, é só para uma questão de ordem.

Acho, inclusive, que o assunto foi tratado na Mesa, hoje. Mas em função do art. 99 do Regimento Interno, que trata da questão de ordem, e o art. 136 do Regimento Interno, e os dispositivos da Constituição que dizem que o processo legislativo é transparente, e todo Poder emana do povo, que as

sessões são públicas, não podem ocorrer fora do plenário sem autorização legislativa, levanto a seguinte questão de ordem.

Eu percebi, participando das comissões, que algumas não divulgam na véspera a pauta daquilo que vai ser votado. E como é um pressuposto que os dispositivos do processo legislativo têm que ser simétricos, inclusive, do Congresso Nacional para cá, entendo eu que todas as pautas devem ser deliberadas na véspera.

Embora não haja dispositivo regimental expresso, pelo menos não encontrei, acho que talvez haja um costume aqui, mas evidentemente no direito brasileiro o costume não prevalece sobre o dispositivo constitucional. Entendo que as comissões deveriam ter uma pauta prévia, na véspera, para que a população possa saber o que vai ser votado e cada parlamentar também.

Eu, por exemplo, gosto de, na véspera, olhar aquilo que vou votar no outro dia. Então, faço essa questão de ordem porque entendendo que é preciso, mesmo que não seja expresso, não encontrei expressamente isso, que a Mesa e a Presidência determinem que as comissões previamente forneçam, com antecedência de 24h, a pauta que vai ser votada.

E aqueles projetos que vão ser incluídos nesta pauta sejam deliberados também pelo próprio plenário da comissão, no dia, se podem ou não ser incluídos na pauta daquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - De fato, hoje, pela manhã, tratamos desse assunto na reunião da Mesa e a sua exposição vem acrescentar, e deve ser dessa forma. Mas por uso e costume acabou ficando de lado essa rotina que é simples e fácil de ser feita, basta uma orientação para isso. Por isso, a Mesa vai editar uma resolução estabelecendo essa condição de que em 24 horas antes de cada reunião das comissões seja feita a pauta dos projetos que serão abordados, e só poderão ser deliberados na reunião projetos inclusos na pauta ou com a aquiescência unânime de todos os seus membros, para o caso de eventuais questões de última hora que precisem ser tratadas.

Isso valerá para as reuniões das comissões e da Mesa Diretora.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0009/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 12.768, de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Cunha Porã.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2015, de procedência da comissão de Finanças e Tributação, que aprova as contas do governo do estado de Santa Catarina referentes ao exercício financeiro de 2012.

Conta com parecer da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0366/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência, cegos, surdos, portadores de Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes em

instituições de ensino, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Vou voltar a favor desse projeto de autoria do Antonio Aguiar que impede uma discriminação. Não teria cabimento cobrar uma mensalidade maior pelo fato de uma pessoa ter uma deficiência, já que na própria Constituição não pode haver discriminação negativa. Inclusive, veda a cobrança de valores adicionais.

Quero sugerir ao deputado Antônio Aguiar que isso seja encaminhado, no sentido de uma discriminação positiva, de uma ação afirmativa. As pessoas que muitas vezes têm deficiência não podem pagar mais, eles inclusive têm direito a um pagamento a menos, uma discriminação positiva, pelo fato de terem aquela deficiência. Evidentemente, quero apoiar o projeto do deputado e ressaltar o seu trabalho. Hoje ele apresentou uma proposta de emenda constitucional interessante, discutindo a constitucionalidade, mas quer a aplicação dos recursos que sobram na Assembleia Legislativa no final do ano e recursos de outros poderes para aplicar na saúde pública. Nós temos que debater, procurar, soluções para os problemas do estado.

A Assembleia pela sua natureza, e eu vou trabalhar nessa questão para ver se conseguimos mudar isso em nível nacional, tem uma capacidade legislativa muito diminuta, muito pequena. As pessoas criticam que a Câmara de Vereadores só dá nome de pessoas às ruas e os deputados estaduais não fazem projetos, porque é muito limitada pela Constituição Federal a possibilidade que temos de

legislar. É difícil encontrar propostas e apresentar projetos de leis que sejam constitucionais, é quase impossível, porque tudo é competência da União. Mas quero ressaltar aqui o trabalho do deputado Antônio Aguiar que fez um projeto de lei vedando uma discriminação que poderia ser feita. Sugiro, inclusive, que se apresente uma forma de discriminação positiva, porque as pessoas com deficiência não devem ter que pagar menos, evidentemente, mas nunca pagar a mais.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 26, de autoria do deputado Gean Loureiro; 27 e 28, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 29 e 30, de autoria do deputado Mario Marcondes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 57, de autoria do deputado Cesar Valduga; 58, de autoria do deputado Manoel Mota; 59, 60, 61 e 62, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 63, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, sr. presidente. Eu gostaria de subscrever a Indicação n. 28, de autoria do deputado Kennedy Nunes, e já pedi a aquiescência do parlamentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será incluso.

Moção n. 05, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da República e ao governador do estado, manifestando apoio às reivindicações dos caminhoneiros e apelando pela abertura imediata de mesas de negociação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 06, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República e aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, apelando pela alteração da Lei Federal n. 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito, tornando possível o investimento de parte do valor arrecadado com multas de trânsito em melhorias viárias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 07, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao governador do estado e demais autoridades, apelando para que, com urgência, apresente soluções em atendimento à manifestação dos caminhoneiros e, conseqüentemente, ao problema do bloqueio das estradas catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 20, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras do Centro de Convenções no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 21, de autoria do deputado Ricardo Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das obras da rodovia SC-447, no trecho entre os municípios de Lauro Müller e Treviso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicações.

No dia 19, semana passada, a secretaria da Fazenda publicou o resultado dos encaminhamentos do retorno do ICMS do estado para os municípios. Apenas para relembrar que 25% de todo o ICMS arrecadado pelo estado retorna, é participado com os municípios.

Qual é a fração que volta aos municípios? Existe uma lei, atualmente lei estadual, que regula esse retorno dos 25% para os municípios.

Eu queria, antes de tudo, recordar que o princípio de criar o imposto e o governo, o poder público, recolhe o imposto não é para redistribuir, não é para devolver para quem pagou, até porque se fosse para devolver para quem pagou era melhor nem cobrá-lo, seria mais barato, mas cobra-se o imposto para promover um equilíbrio social. O princípio básico é justamente promover uma equivalência, fazer chegar a todos ao menos um benefício mínimo e assim termos impostos federais maiores, como o Imposto de Renda e o IPI, e em nível estadual o maior imposto, a maior arrecadação, é o ICMS. E quem faz a lei para distribuir isso, em princípio, no meu entendimento, teria que ser a Assembleia, apesar de que disse a lei que teria que ser de origem do governo.

Portanto, conforme a publicação da secretaria da Fazenda, o ICMS, conforme a lei que existe hoje, o bolo todo do ICMS volta assim: 85% ele volta em frações aos municípios conforme o valor agregado, conforme o movimento econômico daquele município; e 15% são repartidos em fatias iguais para todos os municípios.

Então, imaginem que 15% do bolo é dividido em partes iguais para os 295 municípios, e 85% volta conforme o movimento econômico. Eu sou autor de um projeto de lei que estabelece outro critério para essa questão, um critério mais justo. E por que eu acho o meu critério é mais justo? Porque o atual o que faz? Faz acontecer uma discrepância inacreditável. Vejam! Existem alguns municípios, não vou citar os nomes, mas o município que mais recebe retorno de ICMS recebeu o ano passado R\$ 3.655,00 por habitante, é a média. E o que menos recebeu foi R\$ 155,00. Sabem quantas vezes isso dá? São 22 vezes, essa é a diferença. Eu tenho que multiplicar R\$ 155,00 por 22 para ter a soma de R\$ 3.655,00. Vou citar como exemplo uma cidade que gostamos demais, que é a querida cidade de Piratuba, e não por culpa deles, mas para cada

cidadão daquela cidade precisamos 22 cidadãos da cidade de Camboriú para equivaler o retorno do ICMS. E assim acontece com outras inúmeras cidades. Por exemplo, a cidade de Itá recebe R\$ 2.890,00 por habitante, por ano, a cidade de Lageado Grande, R\$ 2.520,00 e assim por diante. Em compensação, a cidade de Camboriú, vizinha de Balneário Camboriú, recebe R\$ 155,00 por habitante; a cidade de Laguna recebeu R\$ 197,00; a cidade de Itapema, R\$ 209,00; Itapoá, R\$ 238,00; Governador Celso Ramos, R\$ 242,00, e assim posso citar oito ou dez cidades que ganham menos de R\$ 300,00 por habitante, por ano, enquanto que outras cidades recebem mais de R\$ 3 mil por habitante, ou seja, 10, 15, 20 e até 22 vezes a mais, essa foi a maior diferença que existe entre a cidade maior e a menor. Isso acontece por quê? Não é por vontade nem por safadeza da cidade, mas sim por uma lei que regula essa redistribuição.

No meu entender, precisamos usar o tributo que é pago por todos, porque as pessoas da cidade de Camboriú na hora que compram a cerveja, o cigarro, a comida, a bebida, a gasolina, o carro, enfim, compram tudo com o seu salário igual ao outro cidadão de outra cidade que recebe 10, 15 vezes mais energia elétrica, telefone, e assim por diante. O cidadão na hora que compra o produto paga o imposto embutido, mas na hora de voltar para a prefeitura da sua cidade para melhorar as estradas, os postos de saúde, ter atendimento hospitalar, construir escolas, enfim, todas as questões sociais que as pessoas não conseguem fazer por sua conta a prefeitura não têm recursos.

No Brasil e em Santa Catarina temos inúmeras cidades que muitas vezes têm recurso para atender a maioria da vontade de quem faz o orçamento na cidade, enquanto que outras cidades ficam prejudicadas em atender as necessidades essenciais de seus cidadãos.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro deputado Serafim Venzon, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Deputado, toda essa injustiça que acontece é porque a lei estadual do ICMS, ao contrário de alguns estados brasileiros, em Santa Catarina 15% são socializados entre as diversas cidades em condições igualitárias e 85% do valor arrecadado são pelo valor agregado, pelo número do movimento econômico, pelas vendas que acontecem em cada cidade.

Isso tem sido injusto porque ao longo do tempo as pequenas prefeituras estão cada vez mais empobrecidas, as grandes estão atraindo um contingente de população que vem em busca de uma vida melhor numa grande cidade, causando êxodo rural, o esvaziamento de pequenas cidades e um desenvolvimento desigual e problemas urbanos por aí afora.

Então, a solução para tudo isso é tornar a distribuição mais justa, diminuir o valor variável, o valor agregado para 75 e aumentar o valor fixo para pelo menos 25. Desta forma, cria-se um ponto de equilíbrio na distribuição do ICMS. Hoje ele é injusto com as pequenas cidades.

Deputado, o seu pronunciamento está muito correto e quero, como ex-presidente da Fecam, cumprimentá-lo por isso.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que já foi prefeito, que tem um grande conhecimento e que, como ex-presidente da Fecam, conhece as dificuldades de todos os municípios.

Para encerrar, quero falar sobre o valor que retorna para as cidades grandes que todos conhecemos. Então, para Florianópolis retorna, em média, R\$ 314,00 por habitante, ao ano; Itajaí, R\$ 1.596,00; Joinville, R\$ 747,00; Blumenau, R\$ 680,00; Chapecó, R\$ 489,00; Joaçaba, R\$ 667,00; Lages, R\$ 495,00 e Criciúma, R\$ 376,00.

Mesmo entre as cidades grandes existe uma diferença muito grande de retorno. E para quem cabe mudar isso? Cabe ao governo do estado ou a uma lei que vem do Palácio para cá ou para nós

daqui! Então, precisamos mudar isso para diminuir essa diferença de tratamento. E quando voltam volumes tão diferentes isso repercute na eficiência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Cesar Valduga.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Cesar Valduga, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Milton Scheffer, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.